

LIVROS

OS ENCLAVES E O DECLÍNIO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo, de *Teresa Pires do Rio Caldeira*. São Paulo: Edusp/Editora 34, 2000, 400 pp.

Heitor Frúgoli Jr.

A cidade e a região metropolitana de São Paulo vêm exigindo abordagens cada vez mais apuradas para a compreensão de fenômenos socioespaciais de crescente complexidade. Ligados à herança de dinâmicas históricas da industrialização tardia e às várias formas de desigualdade delas decorrentes, tais processos articulam-se mais recentemente a certas lógicas do capitalismo avançado, como a desindustrialização ou o desemprego estrutural, com desdobramentos consideráveis e desafiantes em sua forma espacial — que vêm sendo enfocados, de um modo geral, dentro do campo da reestruturação urbana. Dadas a amplitude e a profundidade com que esses processos se efetivam no contexto paulistano, configuram-se como um autêntico marco de referências para a compreensão de um conjunto de questões candentes em nossas grandes cidades — mesmo que, às vezes, apenas como prováveis cenários futuros, e ainda que o alcance da aplicação do caso paulistano para outras realidades urbanas possa ser objeto de ponderações¹.

(1) Ver a posição de Lícia do Prado Valladares sobre São Paulo como um "laboratório social" ("Prefácio". In: Kowarick, Lúcio. *Escritos urbanos*. São Paulo: Ed. 34, 2000).

As complexas relações entre sociedade e espaço, enfrentadas principalmente nos estudos sobre a metrópole — tendo em vista o conjunto de determinações econômicas, dinâmicas políticas e configurações socioculturais nela existentes —, exigem um claro eixo disciplinar de análise e a capacidade de articular a partir de tal fio condutor uma série de contribuições de outras disciplinas na definição de problemas e objetos de pesquisa consistentes. Nesse sentido, o livro *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*, de Teresa Caldeira, dá uma enorme contribuição à compreensão mais clara de muitos de nossos dilemas sociais e urbanos.

A obra tem como base a tese de doutorado em antropologia defendida pela autora na Universidade da Califórnia, acrescida de novos enfoques que completam ou abrem outras sendas de reflexão, abrangendo pesquisas do período de 1988 a 1998 em diversos bairros e com apoio "numa combinação de metodologias e tipos de informações" (p. 13). A autora se vale de uma ampla bibliografia nacional e estrangeira, com destaque para a incorporação de vários temas do debate das ciências sociais em curso nos Estados Unidos acerca do âmbito urbano — com larga tradição naquele país, se lembrarmos que sua primeira linha de pensamento sociológica surgiu nos anos 1920 com a Escola de Chicago, embora no presente livro o principal contraponto ao longo de algumas análises seja Los Angeles (cidade que talvez sintetize como nenhuma outra as muitas facetas do capitalismo pós-fordista) e, por conseguinte, autores ligados à contemporânea Los Angeles School.

Nas duas primeiras partes do livro, "A fala do crime" e "O crime violento e a falência do Estado de direito", são privilegiadas dimensões tanto simbólicas quanto institucionais. A autora reconstitui a

narrativa de sujeitos de distintos grupos sociais acerca de suas vivências como vítimas de crimes e analisa detalhadamente as práticas dos agentes policiais, que resultam na propagação da violência, ao invés de seu efetivo controle. É impossível abordar aqui com profundidade a pertinência dos vários temas aí contidos, cabendo assim apenas algumas menções e comentários.

Os depoimentos de moradores da Mooca — tradicional bairro de classe média-baixa da Zona Leste de São Paulo, um dentre os vários locais enfocados — apontam, em narrativas sobre crimes, um "antes" e um "depois", o que na verdade significa uma elaboração que tenta abarcar, de forma simplista, as mudanças havidas no bairro e acaba por criminalizar os nordestinos, que representam as levas mais recentes de migrantes que chegaram à região. Note-se que nessas falas um preconceito mais direto sobre os negros se silencia, o que suscita a indagação sobre as formas particulares com que a discriminação se reveste no âmbito paulistano. De toda forma, como sublinha a autora, "a fala do crime", tratada em seu significado mais profundo, "faz a violência proliferar ao combater e simbolicamente reorganizar o mundo" (p. 43), estendendo sua lógica particular, portanto, a inúmeros outros temas (p. 57).

Mais à frente, Teresa Caldeira aborda o aumento do crime violento nos últimos quinze anos na Região Metropolitana de São Paulo, contemplando um grande número de estatísticas policiais, embora frise que estas padecem de várias distorções e de qualidade limitada. Por isso mesmo, é necessário recorrer a outras variantes explicativas, como o colapso das instituições da ordem (a polícia e o Poder Judiciário) ou os relatos de experiências e percepções sobre a polícia por parte de moradores de várias regiões da cidade. Tal reflexão é sucedida por uma fina análise da violência e do desrespeito aos direitos humanos pela polícia brasileira, algo que vem de longa data entre nós. Isso também permite à autora apontar como a violência no país é constitutiva de várias dimensões da vida social, uma norma regular inclusive no interior das próprias instituições da ordem, o que a leva a criticar a posição "estrutural-dualista" de Roberto DaMatta, na qual a violência é também um elemento crucial em seu arcabouço teórico como instrumento de desigualdade, mas nesse caso aparece como mediadora e operadora de inversões, como algo apenas extra-

ordinário ou uma espécie de último recurso (pp. 137-140)².

Os dados sobre a expansão dos serviços de segurança privada nos últimos anos em São Paulo também chamam a atenção. A autora observa que tal fenômeno se relaciona tanto ao aumento do crime e do medo quanto às disfunções da polícia e do sistema judiciário, mas também diz respeito a uma mercadoria com amplo crescimento em outros países. Nos Estados Unidos, por exemplo, o número de empregados nesse ramo saltou de 300 mil em 1969 para 1 milhão em 1980 e 1,5 milhão em 1990 (p. 195). Os serviços de segurança privada no Brasil foram regulamentados a partir da promulgação, em 1969, da Lei de Segurança Nacional, que tornava obrigatório esse serviço em instituições financeiras, sobretudo para enfrentar assaltos terroristas durante a ditadura militar (p. 196). O número de empresas de segurança privada no estado de São Paulo aumentou de 51 em 1986 para 111 em 1991, chegando a 281 em 1996 e empregando por volta de 100 mil vigilantes, número próximo ao do total de policiais do Estado na época (p. 199). Entretanto, tal cifra não cobre os serviços clandestinos de segurança — "um mercado que ignora tanto as leis trabalhistas quanto aquelas da segurança privada" —, que empregam muitos policiais ou ex-policiais (que não podem ser registrados como guardas privados). Esses serviços crescem significativamente (embora as estimativas sejam muito imprecisas) e estabelecem conexões problemáticas com a própria polícia, esquadrões da morte e "justiceiros" (pp. 202-203).

A terceira parte do livro — "Segregação urbana, enclaves fortificados e espaço público" — constitui uma contribuição mais significativa para os estudos urbanos em geral, sobretudo quanto à análise dos enclaves fortificados, "que estão transformando cidades contemporâneas como São Paulo" e "exemplificam a emergência de um novo padrão de organização das diferenças sociais no espaço urbano" (p. 11). Convém aprofundar aqui alguns tópicos desse novo padrão de segregação urbana, uma vez que esse tema tem ganho expressiva importância, ainda mais porque vários estudos recentes mostram que a auto-segregação das classes de maior poder

(2) Entre os diversos textos de DaMatta a respeito, ver "As raízes da violência no Brasil: reflexões de um antropólogo social". In: Paoli, Maria Célia e outros. *A violência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

aquisitivo tem superado a da pobreza em muitas metrópoles brasileiras³.

Essa conformação socioespacial contemporânea guarda relação, segundo Caldeira, com três padrões de segregação espacial articulados ao longo da história urbana de São Paulo. Até os anos 1940 teria vigorado o padrão "cidade concentrada", cuja segregação básica se dava pelas áreas ocupadas — mais altas para a elite, mais baixas para os trabalhadores — e pelos tipos de moradia. Sob o padrão "centro-periferia", entre os anos 1940 e 80 — período marcado por um grande crescimento rumo à metropolização, com base em loteamentos clandestinos, autoconstrução e desenvolvimento do transporte por ônibus —, ricos e pobres morariam cada vez mais separados e a classe média passaria a habitar apartamentos em áreas ou "anéis" mais centrais (diga-se de passagem, algo que distinguiria São Paulo do Rio de Janeiro, onde a pobreza das favelas dos morros estaria muitas vezes bem próxima aos bairros de classe média).

Por fim, de 1980 em diante, sobreposto ao padrão "centro-periferia" — cuja dinâmica continua de certa forma a marcar a cidade —, configura-se um processo em que os grupos sociais estão mais próximos geograficamente, dada a conjunção básica de ao menos dois fenômenos: a ida de uma parcela dos mais ricos para habitações em áreas mais periféricas, ao passo que, com o empobrecimento decorrente da crise dos anos 1980, diminui o crescimento periférico quanto à sua estruturação pelas classes populares, ao mesmo tempo que certas áreas ali se consolidam e encarecem — em outras palavras, várias áreas da periferia ao mesmo tempo melhoram urbanisticamente mas empobrecem do ponto de vista da renda de seus moradores, muitos dos quais se tornam favelados ou encortiçados (essas questões são desenvolvidas ao longo do sexto capítulo). Isso não deixa de ser um desdobramento da "diminuição perversa da segregação socioespacial" em função do espraiamento espacial da pobreza, enfocada em importante estudo do início dos anos 1990⁴.

Decorre daí todo um redimensionamento do padrão de relações entre grupos sociais em situação

de grande desigualdade, que passam a estar mais próximos geograficamente mas não socialmente, com a reconstrução de demarcações por parte daqueles com maior poder aquisitivo. Os muros e as tecnologias de segurança se tornam obrigatórios nos inúmeros condomínios fechados, que se multiplicam sobretudo em regiões de maiores contrastes sociais e cujos procedimentos passam a ter papel cada vez mais determinante no declínio da vida e do espaço públicos. Segundo a autora, dois bairros que cresceram expressivamente desde os anos 1980, Morumbi e Vila Andrade, são emblemáticos desse processo em virtude da grande verticalização, com a proliferação de conjuntos habitacionais murados destinados a grupos de alta renda e próximos a enormes favelas, ficando as calçadas do entorno na maior parte do tempo desertas (pp. 244-249).

Os condomínios fechados, espaço cujo ideal "é a criação de uma ordem privada na qual os moradores possam evitar muitos dos problemas da cidade e desfrutar um estilo de vida alternativo com pessoas do mesmo grupo social" (p. 275), são analisados detalhadamente ao longo do Capítulo 7, com destaque para o caso de Alphaville, que forma, junto com Aldeia da Serra e Tamboré, a área mais expressiva do desenvolvimento desses enclaves numa região periférica, na divisa de São Paulo com Barueri e Santana do Parnaíba. Se o que se pretende é a criação de uma espécie de "comunidade de iguais" livre dos "males urbanos", a realidade entretanto termina por reproduzir ou ampliar certas mazelas no seu próprio interior, visto muitas vezes como um espaço "acima da lei". Um exemplo é o grande número de acidentes de automóvel em Alphaville registrado entre 1989 e 1991 (80% deles dentro das áreas residenciais), em que 925 pessoas foram feridas e seis mortas, na maioria dos casos envolvendo adolescentes, incentivados pelos pais a dirigir sem carta⁵. É também digna de nota a caracterização da especificidade de nossos condomínios fechados em contraponto aos dos Estados Unidos: enquanto aqui predominam os de prédios de apartamentos, invariavelmente murados e com acesso controlado, lá prevalecem os condomí-

(3) Ver mais detalhes a respeito em Ribeiro, Luiz César Q. (org.). *O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade*. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2000.

(4) Cf. Rolnik, Raquel, Kowarick, Lúcio e Somekh, Nádia (orgs.). *São Paulo: crise e mudança*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

(5) Nos últimos anos a grande imprensa tem registrado vários casos de jovens dessas áreas que, passando a consumir drogas e a se endividar com traficantes, vêm facilitando a entrada desses últimos nos condomínios, indicando inclusive as casas mais fáceis para furtos. Segundo matéria da *Veja São Paulo* de 26/10/1998, ao menos 47 casas foram invadidas nos condomínios de Alphaville e Aldeia da Serra entre 01/09 e 20/10 daquele ano.

nios horizontais, com casas, dos quais apenas 20% são fechados (pp. 260-262).

O tema dos enclaves fortificados certamente propicia uma fecunda senda de investigações sobre os meandros da segregação urbana, mas requer uma tipologia mais precisa, que consiga captar algumas diferenciações. Se tal conceito se adequa com muita clareza aos condomínios fechados, o mesmo não ocorre, a meu ver, no caso dos *shopping centers* — ou seja, na esfera do consumo e do lazer —, tendo em vista sua maior acessibilidade pública, ainda que parcialmente controlada, além da sua diversidade em São Paulo. Há obviamente *shopping centers* mais próximos a áreas afluentes que acabam por selecionar parte da clientela e que em alguns aspectos atuam de modo complementar a áreas de riqueza ou de condomínios fechados (ainda que não de forma idêntica), mas refiro-me sobretudo a *shoppings* de maior caráter interclasses, frequentados por grandes massas e que dialogam com um entorno urbano bastante heterogêneo — como o Shopping Center Norte, que a partir de meados dos anos 1980 estabeleceu um outro padrão de utilização ao incorporar usuários de distintas regiões das zonas Norte e Leste (além de municípios ao norte da Região Metropolitana), bem como o Shopping Aricanduva, encravado no início dos anos 1990 numa enorme região de moradias autoconstruídas da Zona Leste e que atrai um público heterogêneo e de perfil bastante popular, de muitos bairros e de algumas cidades próximas. Desse ponto de vista, os condomínios fechados, *shoppings*, complexos empresariais e outros projetos do setor terciário moderno podem estar compondo parte da nova paisagem da metrópole contemporânea ou pós-fordista, mas tal arranjo integrado não pode ser usado para todo e qualquer caso sem cair num grau problemático de generalização.

A análise da autora, resultante de uma metodologia que possibilita explorar e relacionar distintos territórios sociais, revela amplo poder de alcance, mas por vezes abarca dinâmicas metropolitanas em que o princípio dos enclaves fortificados pode não

ser a questão central. Assim ocorre quando ela discorre, mesmo que de forma breve, sobre o deslocamento do setor terciário, que já saíra do centro velho em direção às avenidas Paulista e Faria Lima e mais recentemente desenvolveu-se ao longo do rio Pinheiros, principalmente na avenida Eng. Luiz Carlos Berrini, constituindo subcentros cujos conjuntos de edifícios, segundo a autora, "seguem o mesmo padrão arquitetônico e de planejamento dos condomínios fechados, e se não são necessariamente murados como os complexos residenciais, certamente são fortificados e utilizam extensos serviços de segurança para manter à distância pessoas indesejadas — e para controlar seus próprios trabalhadores" (p. 251).

Tal característica obviamente está presente, ainda mais porque há uma certa concomitância entre o movimento dessa centralidade terciária e as regiões de moradia mais privilegiada, mas isso envolve um jogo bastante complexo e mais amplo ligado a vários fatores: a natureza das associações (de empresários ou às vezes de moradores) que representam essas áreas; as relações de parceria firmadas entre grupos empresariais dessas regiões e o poder local conservador, sobretudo entre 1993 e 1996, a fim de deslocar grandes massas de pobres (p. 251) e privilegiar o sistema viário (em relação ao qual se negociam operações de altíssimo valor monetário); as concepções de planejamento da cidade por parte dos arquitetos responsáveis pela constituição dessas áreas; e os vários conflitos existentes nos espaços e arenas públicas locais (nas áreas mais centrais, os embates em torno da questão do trabalho informal constituem um tema recorrente). Mesmo o tema do pós-modernismo, aludido pela autora, pode ser avaliado não apenas por meio dos prédios mais recentes, que alojam multinacionais e são marcados por uma "arquitetura global", mas também pelas dezenas de edifícios projetados pelo arquiteto Carlos Bratke e construídos pela empresa Bratke-Collet, cuja influência na configuração imobiliária dessa região foi determinante⁷.

Ainda na trilha desses temas, o Capítulo 8, intitulado "A implosão da vida pública moderna" e

(6) Ver a respeito: Frúgoli Jr., Heitor. "Os shoppings de São Paulo e a trama do urbano: um olhar antropológico". In: Pintaui, Silvana M. e Frúgoli Jr., Heitor (orgs.). *Shopping centers: espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras*. São Paulo: Ed. Unesp, 1992; Rolnik, Raquel e Frúgoli Jr., Heitor. *Reestruturação urbana da metrópole paulistana: a Zona Leste como território de rupturas e permanências*. Paper para o 24º Encontro Anual da Anpocs, Petrópolis, 2000.

(7) Ver essas questões em Frúgoli Jr., Heitor. *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo: Cortez/Edusp, 2000; Fix, Mariana. *Parceiros da exclusão: duas histórias da construção de uma "nova cidade" em São Paulo: Faria Lima e Água Espraiada*. São Paulo: Boitempo, 2001.

que fecha essa parte dedicada a questões urbanas, contém uma excelente abordagem teórica sobre as intrincadas relações entre espaço moderno e pós-moderno, avaliando seus ideários e seus correspondentes projetos concretos, suas continuidades e descontinuidades. Tendo como contraponto comparativo básico as cidades de São Paulo e Los Angeles, fornece um marco de referências não só para os interessados nesse tema, bem como para aqueles empenhados em traçar comparações entre distintos contextos urbanos. Nessa ótica, é significativo ver como os enclaves fortificados contemporâneos se valem de instrumentos modernistas para produzir maior desigualdade, seja a longo prazo, como as metamorfoses havidas nas superquadras de Brasília⁸, originalmente concebidas como espaços comunitários e que hoje segregam e produzem uma juventude delinqüente e impune, seja no presente mais recente, com a criação de espaços que enfatizam a dimensão privada, a intolerância e a destruição do potencial das ruas, sendo o caso de Alphaville um forte modelo de referência (pp. 310-314).

No momento em que finalizo esta resenha, a questão do crime e da violência está novamente na ordem do dia com o seqüestro da filha do empresário Sílvio Santos, Patrícia Abravanel, cujo resgate foi seguido pela perseguição da Polícia Civil ao mentor do crime, Fernando Dutra Pinto, que matou dois policiais num *flat* no centro comercial de Alphaville (narrado por muitas emissoras como "centro de Barueri") onde estava hospedado, e numa fuga espetacular invadiu novamente a casa de Sílvio Santos (criticado pela imprensa por não ter muros suficientemente altos na casa e por não ter reforçado sua segurança privada) no bairro do Morumbi, tomando-o como refém e negociando sua posterior prisão diretamente com o secretário de Segurança Pública e o próprio governador, num episódio coberto pela TV e acompanhado por todo o país. É desnecessário aqui repisar a importância de uma obra como a de Teresa Caldeira para a compreensão dos dilemas e tramas de que estamos tomando parte, numa metrópole onde a desigualdade ganha perfis cada vez mais dramáticos.

(8) Cf. Holston, James. *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Heitor Frúgoli Jr. é professor de Antropologia da Unesp/Araraquara.